



Edição 26 – Março de 2020  
Artigo recebido até 25/01/2020  
Artigo aprovado até 27/02/2020

## A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA CULTURA: UM SENTIDO ENTRE TANTOS OUTROS

**Vivendo se aprende; mas o que se aprende mais é só a fazer outras maiores perguntas.**

João Guimarães Rosa, em 'Grande Sertão: Veredas'

Adriana Diunísio Trindade Rodrigues – G/UEMS

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira – NEAD/UEMS - UNEMAT

**RESUMO:** É na crítica apresentada pelo jornalista, conselheiro editorial da Editora Abril, e colunista das revistas Veja e Exame, José Roberto Guzzo, que será observado o sentido da palavra “cultura”. O texto intitulado “Supremo Tribunal Cultural”, publicado na revista Veja, em 25 de fevereiro de 2015, será analisado pelo viés da Semântica do Acontecimento como enunciação, como a Reescrituração, Articulação e Domínio Semântico de Determinação (DSD).

**Palavras-chave:** Sentido – Palavra – Cultura.

**ABSTRACT:** Its in the criticism written by the journalist José Roberto Guzzo, editorial advisor of Editora Abril and columnist in Veja and Exame magazines, 'which will be observed on the sense of the word "Culture". The text titled "Supremo Tribunal da Cultura" published in Veja magazine, on February, 25th, 2015, will be analyzed by means Event Semantics, Enunciation, as the Rewriting and Articulation on the Semantic Domain of Determination.

**Keywords:** Sense – Word – Culture.

### Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar o sentido da palavra “cultura”, na crônica de um jornalista brasileiro, publicada nos primeiros meses do ano de 2015. O texto parte de uma crítica à política cultural do governo, que naquele momento era o atual.

A revista Veja, na qual foi publicado o texto que será analisado, circula entre diversos grupos sociais, mas tem maior êxito nas classes mais abastadas financeiramente. Assim, a revista “pode” reproduzir um sentido único do que é Cultura no país, e esse sentido pode ser tomado como verdade para seus leitores. É preciso considerar que a Veja é uma revista de grande circulação, possuindo bons números de tiragem e conseqüentemente, aceita na sociedade.

Ao abordar o texto “Supremo Tribunal da Cultura” foi buscada a compreensão do que está designado como cultura no Brasil, pois nele a palavra Cultura está reescriturada por diversas palavras, principalmente por arte, em alguns momentos do texto. É preciso considerar que, já há algum tempo tem ocorrido uma discussão ampla, em redes sociais e mídia, em geral, sobre o que é ou não Arte para a sociedade brasileira.

A “onda” de críticas, em relação às exposições de obras de artes que estão ocorrendo em alguns museus e galerias no país, estão causando polêmicas acerca da compreensão social do que se pode denominar arte ou não arte na atualidade. A busca por uma definição sobre o que pode ou não pode ser considerado arte ou cultura, tornou-se inquietação social, mas não é uma busca por uma definição exata do que é ou não arte que exponho aqui, e sim uma análise da palavra “cultura” pelo viés da semântica. Deste modo é analisada a significação da palavra Cultura nos enunciados considerando ao acontecimento em que ela está funcionando.

Guimarães (2005, p. 07) diz que “semântica do acontecimento...uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”

O objetivo, não é ocupar-se com o sentido geral da questão “cultura”, e sim discutir o sentido da “palavra cultura” no texto analisado.

## A palavra Cultura

Consideraremos o estudo etimológico de BOSI (2008) a palavra cultura surgiu há muitos séculos e sua origem é latina.

“A palavra cultura é latina e sua origem é do verbo colo”. Colo significa, na língua romana mais antiga, eu cultivo (...). A primeira acepção de colo estava ligada ao mundo agrário. Inicialmente, a palavra cultura, (...) significava *aquilo que deve ser cultivado*. Era um modo verbal que tinha sempre alguma relação com o futuro (uro e ura são formas verbais que indicam projeto, indicam algo que vai acontecer).

Ainda de acordo com o autor (ibidem) ”Esse significado material da palavra durou até os romanos conquistarem a Grécia [...]; os gregos tinham já uma palavra para o desenvolvimento humano que era Paidéia.”

Para os Gregos, cultura era denominada Paidéia e, esta, por sua vez, não carrega o sentido de algo particular de um grupo, e sim toda evolução do homem, o homem como totalidade; o homem como humano;

o homem como ser pensante capaz de aprender e ensinar. Conforme Jaeger (2001) foi através da concepção gregoriana de homem como ser pensante, capaz de aprender e ensinar, que, ao longo do tempo, se chegou ao conceito de cultura dos dias atuais.

”Hoje estamos habituados a usar a palavra cultura não no sentido de um ideal próprio da humanidade herdeira da Grécia, mas antes numa acepção bem mais comum, que a estende a todos os povos da Terra, incluindo os primitivos. Entendemos assim por cultura a totalidade das manifestação e formas de vida que caracterizam um povo: A palavra converteu-se num simples conceito de valor, um ideal consciente...” (JAEGER, 2001, p. 06).

Continuando com a diferença de sentido da palavra cultura entre os Gregos e os dias atuais, tem-se ”o que hoje denominamos cultura não passa de um produto deteriorado, derradeira metamorfose do conceito grego originário. A paidéia não é para os gregos um “aspecto” exterior da vida [...] incompreensível, fluido e anárquica” JAEGER (2001, p. 14).

Para os Gregos, a cultura não é um conjunto de conhecimentos e costumes de determinado grupo, o sentido da palavra vai além de fronteiras, não é individual.

”A sua descoberta de homem não é a do *eu* subjetivo, mas a consciência gradual das leis gerais que determina a essência humana [...] Este ideal de Homem, segundo o qual se devia formar o indivíduo não é um esquema vazio, independente do espaço e do tempo. É uma forma viva que se desenvolve no solo de um povo que persiste através das mudanças históricas... (JAEGER, 2001: 14.).

Na perspectiva de Eagleton, cultura é antônimo de natureza, assim como Bosi apresenta a palavra cultura tendo origem latina, com uma significação original de lavoura. “Um dos seus significados originários é lavoura [...] Neste sentido, cultura significa uma atividade, e passar-se-ia muito tempo até designar uma entidade”. Eagleton (2003, p.11).

Assim, de sua etimologia à sua designação dos dias atuais, a palavra cultura apresenta semanticamente, juntamente com a humanidade, uma transição de rural para urbana. Na medida em que o homem foi se transformando, a designação da palavra cultura foi alterando-se,

“A ideia de cultura significa, então uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito, pelo outro. Trata-se de uma recusa simultânea do naturalismo e do idealismo [...] Os seres humanos não são meros produtos dos meios envolventes, mas estes também não são totalmente moldáveis pela arbitrária automodelação dos primeiros”. (Eagleton 2003:15).

A palavra cultura deixa de aflorar a designação de lavoura e assume o sentido de tradição. Assim, “cultura enquanto forma de vida é uma versão estetizada da sociedade”. Eagleton (2003, p.39). Desta forma, crenças e predileções torna-se também, noção de cultura dentro do texto que será analisado. Tem-se então, a palavra cultura, demasiada ampla, de designação, dificultando uma única descrição do seu sentido.

### A perspectiva da Revista Veja

Em relação a *Veja*, onde o texto que será analisado foi publicado, tem-se a mesma como uma revista bem-conceituada e que apresenta uma grande circulação no Brasil. De acordo com August (2005), “*Veja* tem a maior circulação no país, dentre as revistas informativas, com grande inversão e alto poder de repercussão. É ainda a quarta maior revista do mundo...”.

No início, a *Veja* tinha como “alvo” a política. Começou como uma revista de manchetes e destacou grandes movimentos políticos no país. A mudança de foco ocorreu devido à baixa aceitação do público, o que consequentemente, causou um baixo retorno financeiro, tornando inviável sua tiragem. Surgiu então a necessidade de mudar o enfoque da revista. “Em 1995, o chefe da sucursal da revista do Rio de Janeiro, Anselmo Góis, já afirmava que era necessário abrir mão do enfoque político e econômico mais profundo para conservar a tiragem da revista. Era necessário ceder às exigências do mercado para sustentar esse padrão...”. AUGUSTI (2005).

”O discurso de autoajuda ao qual *Veja* dá lugar nas reportagens de comportamento, costuma pregar a exigência de uma força ou poder interior, que estimula o indivíduo para o caminho da concretização de seus ideais e, consequentemente, da realização pessoal e da felicidade. O indivíduo torna-se, então, responsável por seu sucesso ou derrota, incorporando a este discurso a promessa de impotência...” (AUGUSTI, 2005).

Por ter grande circulação e boa conceituação entre os leitores de revistas, a sucursal consegue chegar aos seus leitores-alvos (classes média e alta), e assim, “pode servir como formadora de opinião” dentro da sociedade brasileira.

### **A Teoria da Enunciação – Acontecimento de linguagem.**

Para que se possa atingir uma melhor compreensão da análise que seguirá, é necessário entender o que é enunciação. Nessa medida, conforme Guimarães, enunciação é o funcionamento da língua. Ou seja, ao colocar a língua em funcionamento, faz-se uma atividade enunciativa. Eduardo Guimarães, (2005, p. 11) diz que “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua”.

É nos enunciados que se constituem os lugares sociais dos locutores, o modo como língua e sujeito se relacionam na significação do texto.

No texto, o locutor fala na posição social de jornalista, da alta sociedade conservadora. Observa-se no discurso entonado politicamente oposição ao governo do país que se diz eleito, em sua maioria de votos, pela classe assalariada. Esta oposição é observada em:

- “as figuras que mandam desde 2003 na máquina pública brasileira”
- “Seu grão-vizir no momento é o doutor Juca Ferreira, ministro da cultura”
- “governado pelo PT do Fernando Haddad”

Em “...É a vitória do Bolsa Cupim...” tem-se um manifesto de oposição aos projetos de assistência social do governo.

Fica claro que se trata de uma voz da alta sociedade quando o enunciador cita lugares históricos internacionais, os quais, assalariados não tem condições financeiras de conhece-los.

- “não é o Coliseu de Roma ou a Catedral de Notre-Dame de Paris”

Também em “sepultou as arcadas sobre um amontoado de rabiscos e borrões e desenhos deformados”, o locutor desclassificando a “arte do grafite”, que denominada como arte de rua, tornou-se cultura popular.

O lugar do dizer do enunciador, potencializa a “falta de cultura” no país. Expõe o conflito de desigualdade entre os elementos que compõem a cultura nacional, marginalizando a cultura popular. A desigualdade expõe-se no dizer do jornalista, que afirma pertencimento a uma “única cultura,” a cultura que é “certa”. A outra cultura que acontece dá-se, na cena enunciativa, porque a cultura “certa” está acontecendo, existe.

A temporalidade também compõe o acontecimento enunciativo. Essa temporalização não se caracteriza pela gramática condicionada ao discurso, mas no tempo em que o acontecimento se encontra. Por exemplo, ao ler um texto já publicado há algum tempo, o acontecimento enunciativo não será passado, ele continuará presente, sendo assim, ele continuará no tempo em que está. Com isso, tem-se a temporalidade determinada pelo acontecimento e não o tempo impondo o acontecimento.

Guimarães (2005, p.12) diz que “o acontecimento instala sua própria temporalidade” e continua dizendo que “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Ou seja, se constitui o acontecimento.

### **Domínio Semântico de Determinação.**

Esta análise será desenvolvida, observando como a cultura é designada no texto intitulado Supremo Tribunal Cultural. Segundo Guimarães (2002, p.09) a designação é a “significação enquanto algo próprio das relações de linguagem e também, e por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história.”

A oposição entre “Cultura certa” e “Cultura errada” no texto, historicamente ocorre pelo fato de que o Brasil é um país que foi colonizado por Portugal, que é um país europeu. A Europa foi palco de grandes eventos culturais, políticos e econômicos que influenciaram o mundo. O conceito de cultura na europeu se dividiu devida as diferenças religiosas econômicas.

E “A separação cultural ocorreu a partir de duas vertentes, no qual, de um lado está a civilização romana grega, ambas representantes da parte europeia, do outro lado os representantes asiáticos, árabes, hindus e chineses. Essa foi uma separação de valor cultural e nem tanto físico, pois o que foi levado em conta foram as disparidades culturais, religiosas e econômicas, singulares a cada grupo”. Freitas (site UOL).

Para o enunciador, a “Cultura certa” do país deve seguir ao padrão europeu, que é a de alto valor financeiro, produzida e aceita pela burguesia.

Assim, fazer uma análise da significação da palavra Cultura, tendo como embasamento teórico a Semântica do Acontecimento só será possível observando-a a palavra nos enunciados em que ela ocorre. Estes enunciados integram o texto em questão, Supremo Tribunal da Cultura, e sendo assim, para apresentar a designação de Cultura, será preciso analisa-la no texto.

Contudo, não se define algo apenas pelo objeto que ele pode se referir com enunciações específicas. É necessário pensar as palavras relacionadas a outras que estão em seu entorno, observando-as no enunciado enquanto elemento de um texto. É preciso estudar as palavras nas relações que constroem, ou seja, para saber o que a palavra, nesse caso, Cultura, significa, é preciso observar seu funcionamento no texto e observa-la nos enunciados em que se encontra.

A partir dessas observações será estabelecido o Domínio Semântico de Determinação (DSD), que é uma teoria que busca a compreensão do sentido em relação ao funcionamento da linguagem em certo espaço da enunciação, ou seja, é uma forma de compreender o sentido das palavras que se relacionam em um determinado texto. Mas isso só é possível, porque, no que se refere a Semântica do Acontecimento, as palavras são passíveis de distinções e, esta, se dá porque se refere a significação possível, estabelecendo relação com a linguagem, com o mundo e com o sujeito enunciador na relação entre linguagem e história.

Assim, buscar a significação da palavra Cultura no texto Supremo Tribunal da Cultura, só será possível a partir da relação dessa palavra com outras palavras, estabelecendo um Domínio Semântico de Determinação.

Nesta busca pela compreensão do funcionamento da linguagem em um texto, é necessário considerar que enunciação segundo Guimarães, constituindo-se por dois procedimentos: a) procedimentos de articulação; b) procedimentos de reescrituração.

Esses procedimentos são caracterizados pelas marcas textuais que direcionam palavras diversas que se relacionam em sentido.

“De modo geral vou considerar dois tipos de procedimentos: a reescrituração e a articulação. A reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado”. (GUIMARÃES 2000, 2002)

O procedimento de Articulação produz uma relação de sentido, estabelecido pela proximidade entre os elementos linguísticos e também com o locutor/enunciador em relação com a linguagem. Este procedimento se refere ao modo “como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” Guimarães (2004, p.08).

O procedimento de articulação deve ser observado no texto, assim, “é preciso considerar que Guimarães (2011, p.19), conceitua o texto como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Contudo, deve-se observar o texto como unidade de significação e que ele é integrado ou integra os enunciados, lembrando que enunciados são integrados por elementos linguísticos de diversos níveis de significação.

Conforme Guimarães, (2000, 2002) os “procedimentos de articulação dizem respeito às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem”.

Além da articulação, de acordo com Guimarães (idem), o procedimento de reescrituração também é de suma importância para a constituição do sentido do texto. Não se trata de gramática, mas sim de como uma expressão se reporta a outra na enunciação. Esse procedimento busca redizer o que já foi dito com os mesmos ou diferentes termos da língua produzindo outros sentidos. Sendo assim, este usa de repetição de palavras ou mesmo de palavras diferentes para reproduzir.

“O procedimento de reescrituração é aquele em que uma palavra rediz o que foi dito reproduzindo significação para o termo reescriturado.” OLIVEIRA (2013, p. 79).

Para constituir um D.S.D., deve-se relacionar a reescrituração e a articulação, pois este não se trata apenas dos próprios termos léxicos do enunciado, mas de uma relação que uma palavra mantém com a outra num domínio semântico relativo.

No texto que aqui será analisado, a palavra Cultura torna-se determinante ao sentido de outras palavras que se encontram no mesmo.

Considera-se também no DSD as relações de sinonímia e as de antonímia. Sinonímia, em momentos em que há determinação direta do sentido, já que esta vem como palavras sinônimas as que se relacionam no texto como determinantes, e as antonímias, assim como as antônimas, que se determinam por oposição.

## A Análise

Analisando a palavra “cultura” empregada no texto, utilizando o conceito de D.S.D., pode-se dizer que a palavra cultura brasileira é reescrita diversas vezes ao longo do texto, a começar pelo título que reescreve por “cultural” e articulada por “Supremo Tribunal”, sendo que a expressão “Supremo Tribunal” remete-nos a Supremo Tribunal Federal (STF), que é a maior instância Jurídica do país, a última instância em que se pode recorrer. Não havendo possibilidade de contestação às suas decisões.

Nessa medida, se há um “Supremo Tribunal Cultural”, o que esse tribunal define enquanto cultura não poderá ser questionado. O Locutor, segundo Guimaães (2005, ps24;26), que “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais” [...] “não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer”, no texto, esse Locutor x – o x marca o locutor enquanto falante da língua e na origem daquilo que anuncia - cria e classifica esse ‘Supremo Tribunal da Cultura’ como uma entidade dotada de poder político partidário e incapaz de produzir algo que não seja prejudicial a cultura do país. O Locutor x demonstra, claramente sua oposição ao partido político que esta presidindo o Brasil.

O país possui um sistema eleitoral democrático, que dá ao cidadão o direito de escolher seu representante dentro do poder legislativo através do voto direto, sendo este anônimo e seguro. O Presidente da República foi eleito ao receber a maioria dos votos da população brasileira, tornando-se o representante legal dentro do quadro legislativo nacional.

O Locutor x, apresenta o “Supremo Tribunal da Cultura” como uma instituição que existe há doze anos, desde o ano de 2003. O partido político, cujo representante está à frente do governo, o Partido dos Trabalhadores (PT), elegeu, junto à população, o Presidente da República também a partir deste mesmo ano e desde então, vem reelegendo e elegendo seus candidatos à presidência da república. Assim, o Locutor x nomeia, como membros deste tribunal, “figuras políticas” ligadas ao Partido dos Trabalhadores e que estão atuando no governo do país em alguma instância.

Sabe-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) é uma instituição cujos membros são ministros, indicados pelo presidente da república, que formam um corpo de juízes capazes de julgar qualquer processo de valor judiciário, declarando a sentença final aos julgamentos que lhes forem destinados. Assim tem-se o “Supremo tribunal da Cultura” também constituído por “ministro” intitulados pelo Locutor x, são eles o Ministério da cultura, as Secretárias Culturais, Fernando Haddad, prefeito da cidade de São Paulo, e o Ministro da Cultura Juca Ferreira.

Haddad polemizou ao permitir que artistas grafiteiros, utilizassem faixadas públicas para exporem suas artes, atitude que causou apoio e críticas da população. O Locutor x se mostra contrário a essa permissão, pois no texto denomina a arte do grafite como “rabiscos, pichações, borrões e deformidades”.

- “a prefeitura resolveu convocar grafiteiros amigos para pichar”
- “um amontoado de rabiscos, borrões e desenhos deformados”

Todas essas pontuações, esclarecem a posição política do Locutor x, ficando clara a sua oposição ao governo atual, e além, sua oposição ao Partido dos Trabalhadores.

- “governada pelo PT”

Desta forma, o Locutor x determina que no Brasil existem duas culturas, a “Cultura boa” e a “Cultura ruim”, ou seja, a “cultura certa” e a “cultura errada”.

- “Além de se negarem a fazer o trabalho pelo qual são pagas, querem, acima de tudo, decidir o que é cultura nesse país e o que não é - ou o que é cultura certa e o que é cultura errada”

Cultura.

⊥

Cultura certa | Cultura Brasileira | Cultura errada.

A cultura certa, segundo o discurso, é a história do país relacionada nos seguintes termos de articulação e encontrados em:

Museu do Ipiranga; Biblioteca do Rio de Janeiro; Museu nacional de Belas Artes, Construções das Cidades Históricas de Minas Gerais e Norte; Cultura que está aí; Arte burguesa; Cultura excludente; Arcos do Jânio, nos seguintes trechos:

- “O Museu do Ipiranga, monumento básico da cultura de São Paulo, está fechado até 2022; é uma proeza que se candidata ao livro dos recordes da cervejaria Guinness. A formidável Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vive esperando o padre para receber a extrema-unção. (Ainda recentemente passou meses a fio sem ar condicionado, com temperaturas internas que chegaram aos 50 graus. Nos últimos doze anos o governo fez três planos de carreira para seus funcionários; não cumpriu nenhum). O Museu Nacional de Belas artes, também no Rio, com 200 anos de história e sua notável fachada de estilo Renascença francesa, é humilhada por goteiras. As construções das cidades históricas de Minas Gerais e do Norte, relíquias únicas da arquitetura colonial brasileira, podem virar entulho. Cinquenta anos após a fundação, Brasília, a capital do Brasil Potência, ainda não tem um museu decente”

- “São contra, é claro, essa cultura “que está aí”

- “ex-secretário da Cultura da prefeitura de São Paulo e marechal de campo no combate contra o modelo de cultura “excludente”

- “Para executar sua “política de cidadania e cultura”, a prefeitura resolveu convocar grafiteiros amigos para picar os “Arcos do Jânio”, um modesto conjunto de arcadas que alivia um pouco a paisagem de deserto do centro de São Paulo”. Esses arcos nunca fizeram mal a ninguém. Não são o Coliseu de Roma ou a Catedral de

Notre-Dame de Paris, mas é o que temos – e, já que temos tão pouco, supõe-se que esse pouco deveria ser deixado em paz”

Assim, os termos seguintes determinam Cultura Boa.

Cultura Boa.

⊥

Museu do Ipiranga.

⊥

Biblioteca do RJ.

⊥

Museu de Belas Artes.

⊥

Cons. Das Cidades Históricas

⊥

Cultura que está aí.

⊥

Arte burguesa.

⊥

Cultura Excludente.

⊥

Arcos do Jânio.

Já em Cultura que está aí, Arte burguesa e Cultura excludente, o texto imprime um sentido de valor financeiro, cultura cara, de alta sociedade, uma cultura para poucos. A cultura elitizada.

A “cultura que está aí” e a “cultura excludente” referem-se à cultura denominada certa, que atua em maior escala no atual momento do país. Uma cultura que possui poder aquisitivo e que só pode reverencia-la ou adquiri-la pessoas financeiramente abonadas, que possuem poder aquisitivo “a altura dessa cultura”.

Em arte burguesa, a palavra arte, é uma forma de articulação de cultura, já que esta arte, direciona-se a pinturas, esculturas, objetos artísticos, considerados de grande valor cultural e, nesse caso de burguesa, financeiro também.

A palavra arte é a mais clara reescrituração da palavra cultura no texto; aparecem em “Museu Nacional de Belas Artes”, “arte burguesa, “arte dos desvalidos” e “arte da periferia”. Ambas acompanhadas de seus predicados referem-se à cultura. São denominações que direcionam a algo maior, ao discurso do texto, que articula a palavra cultura.

São valores que transcendem a historicidade do Brasil e enquadram-se também no financeiro-social de um país capitalista.

Já a Cultura Errada aparece descrita como: cultura popular; arte dos desvalidos, arte de periferia, política cultural atual.

Descreve-se assim, a Cultura Errada:

Cultura errada.

⊥

Cultura Popular.

⊥

Arte dos Desvalidos.

⊥

Arte de Periferia.

⊥

Política Cultural Atual.

Fica evidente que os termos usados para descrever essa cultura, remete ao popular, a sociedade de baixa renda, ao proletariado.

Os trechos abaixo demonstram descrição de cultura popular no texto.

“no Brasil de hoje isso quer dizer “cultura popular”. Basicamente, trata-se de um conjunto de atividades exercidas por pessoas que não sabem pintar, escrever, compor uma melodia, fazer um filme ou montar uma peça de teatro capazes de interessar alguém”.

“Para executar sua “política de cidadania cultural, a prefeitura resolveu convocar grafiteiros amigos para pichar os “Arcos do Jânio” [...] sepultou as arcadas sob um amontoado de rabiscos, borrões e desenhos deformados”. Oficialmente, isso é “arte da periferia”. Na prática, trata-se apenas de degradar a superfície de um muro”.

Duas culturas dentro de um único país, de um mesmo povo.

Determina também a política cultural atual como uma política que apoia a cultura errada e reescreve ou articula esta, utilizando dos seguintes termos: Ministério da cultura; Mamutes culturais; Secretarias de cultura; Cultura da prefeitura de São Paulo; Cultura política; Supremo Tribunal Cultural; Política de cidadania cultural; Política de cultura.

A política atual volta-se a facilitar o acesso da cultura e da arte a população mais carente do país, e este fato, aos olhos do Locutor x, faz desmerecer a cultura histórica já existente.

Evidencia-se essa marca de política que apoia a cultura errada em:

- “Se alguém, seja lá pelo motivo que for, quer impedir que alguma tarefa útil seja executada na cultura brasileira, pode chamar o Ministério da Cultura; o resultado é 100% garantido. E as secretarias de Cultura, ou outros mamutes culturais do poder público – haveria algum risco de fazerem algo de bom? Fiquem todos sossegados: não há o menor perigo de que venha a acontecer, também aí qualquer coisa que preste” [...] ”É a vitória do Bolsa-cupim”.

Também em:

- “Mas as figuras que mandam desde 2003 na máquina pública brasileira não se contentam com isso. Além de se negarem a fazer o trabalho pelo qual são pagas, querem, acima de tudo, decidir o que é cultura nesse país e o que não é”. E em: “São contra, é claro, essa cultura “que está aí”. A única que admitem é a sua, e no Brasil de hoje isso quer dizer “cultura popular”.

ORLANDI (2016, p. 11) diz que “a palavra cultura tem sido usada como um coringa, significando a torto direito. Um de seus usos, em particular, especializa-se em evitar a palavra ideologia e seus sentidos mais contundentes.

Quando o Locutor x do texto retoma:

- “mas as figuras que mandam desde 2013 na máquina pública brasileira”
- “nos últimos doze anos o governo”
- “Cinquenta anos após a construção de Brasília, a capital do Brasil Potência”
- “o doutor Juca Ferreira, ministro de cultura”
- “Supremo Tribunal da Cultura Brasileira”
- “na cidade de São Paulo, o governo do PT do prefeito Fernando Haddad”

Ele refere a situação política do país, no momento da publicação do texto, apresentando-se, no contexto do Locutor x, contrário ao governo. A oposição política/ideológica do enunciador aflora em seu discurso.

Observa-se claramente que, a linguagem do texto utiliza-se de uma ideologia que, determina como correta, uma forma a cultura altamente financeira. Sua descrição de cultura desfavorece artistas e obras que também fazem parte da atual cultura brasileira, pois a cultura, assim como o ser humano não para, muda/transforma-se com o homem já que esta faz parte do homem.

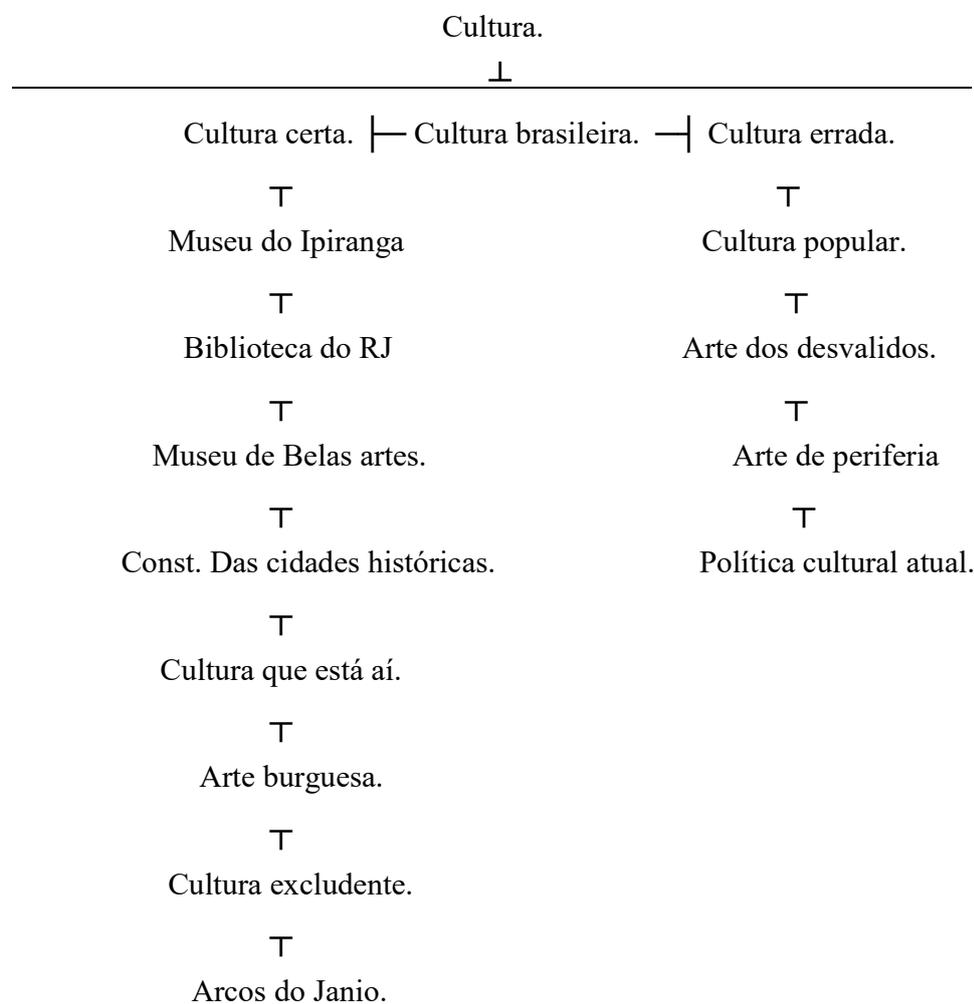
A Cultura compreende costumes, modos de pensar de cada época/geração. Ela se diversifica, se modifica e se manifesta em relações sociais e temporais. Possui especificidades que podem articular passado e presente construindo ideais e representações sociais.

“A cultura tem vida, com a vida da sociedade dos grupos sociais, regionais, religiosos e outros [...] são várias as determinações históricas, sociais e outras que entram e saem na construção de valores, padrões, ideais, modos de ser, visões de mundo” (IANNI, 2004, p. 167). A sociedade é constituída de grupos diversos, conseqüentemente, diferentes pensamentos, atitudes e hábitos, que marcam cada grupo, cada época, modificando e acrescentando a multipluralidade cultural.

O Brasil é um país de extensão continental formado por uma população miscigenada. Seus costumes, modo de viver e outros, são complexos, não se organizam em algo único. IANNI (2004, p.169) diz cultura brasileira heterogenia, múltipla, ploriferando diferentes modalidades de organização de vida.

Os acontecimentos históricos não são iguais para todos. As lutas, as perspectivas, os sentimentos são diversos, assim, não há como dizer existir uma única cultura brasileira, mas a “ Cultura Brasileira”, sem uma definição exata do que é, foi ou deixará de ser Cultura.

### Esquema de DSD segundo o texto analisado.



### Conclusão

A palavra cultura faz parte da linguagem enunciativa do texto. Apesar de não manter a semântica etimológico primário da palavra, esse sentido ainda perdura aos dias atuais.

Observa-se ainda, que sua proximidade etimológica se dá a descrição Romana, a mais parecida ao sentido que mantém no texto, e isso nota-se na presença de uma marcação ideológica construída de conceitos descritivos.

A palavra cultura no texto é direcionada em dois conceitos: certa e errada na semântica do acontecimento. Ela vem tomada de um pensamento deficitário, onde o enunciador a toma em duas vias (certa e errada) em uma classificação pessoal, exaltando o que considera ‘certa’ e criticando a “errada”. Vista dessa forma, a cultura propõe a soberania da extensão social de um grupo sobre o outro, abrindo e reabrindo debates sobre questões nacionais, recolocando uma cultura “dominante” sobre a “dominada”.

“É claro que hegemonia é uma categoria política. Mas, na medida em que envolve interesses, ideais, princípios, modos de viver e trabalhar, visões de mundo, abrange também a cultura...o poder político, em determinadas modalidades, implica largamente a cultura, em termos de arte, ciências e filosofia”. IANNI, 2004, p. 173).

O sujeito enunciador do texto, fala de sua posição histórico/social, jornalista da Revista Veja, integrante da alta sociedade, para seu público-alvo, de modo que posicionar sua memória discursiva diante do acontecimento, transformando sua produção em um espaço social que está afetado por uma ideologia de segregação do outro.

Tomando a Cultura como única, deixa “de fora” o sentido de Cultura como prática social. ORLANDI (2004, p. 14), diz “compreendido dessa forma, a cultura não é nem tesouro a proteger do tempo nem um conjunto de valores a defender; ela “conota” (nós diríamos significa) simplesmente um trabalho a empreender sobre toda a extensão da vida social”.

O pensamento do autor inclui cultura como algo que se divide em uma mesma sociedade por valores financeiros, e busca identificar a cultura correta.

Contudo, a análise aqui dirigida, não se detém a crítica, mas ao sentido que ocupa a palavra cultura no texto.

Web revista Página de debates

Questões de  
LINGUAGEM

Edição 26 – Março de 2020  
Artigo recebido até 25/01/2020  
Artigo aprovado até 27/02/2020

### Referências Bibliográficas

GUIMARÃES, Eduardo. 2002 apud GUIMARÃES, Eduardo. **Civilização na linguística brasileira no século XX** - artigo. Unicamp.

PEREIRA; SANTOS. Agnaldo; Valdineia Ferreira dos. Agnaldo Pereira; Valdinéia Ferreira dos Santos. 2013. **As relações de sentido da palavra estrangeirismo em quatro séculos** - Artigo. UFG.

GUZZO, José Roberto. **Supremo Tribunal da.Cultura** - Revista veja. Ed. Abril. Edição 2414 – ano 48 – nº 8. 25 de fevereiro de 2015, p. 98.

BOSI, Alfredo. **A origem da palavra cultura**. Disponível em: [pandugihawordpress.com/2008/11/24alfredobosi-a-origem-da-palavra-cultura/](http://pandugihawordpress.com/2008/11/24alfredobosi-a-origem-da-palavra-cultura/). Acesso em 30/05/2015.

JAEGER, Werner Wilhelm, 1888-1961. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução Artur M. Parreira;[adaptação do texto para a edição brasileira Monica Stahil. Revisão do texto grego Gilson César Cardoso de Souza]. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREITAS, Eduardo de. **Cultura na Europa. Graduando de Geografia**. Disponível em: <https://m.brasilescola.uol.com.br/geografia/europa-cultural.htm>. Acesso em 14/11/2017.

AUGUSTI, Alexandre Rossetto. 2005. **Jornalismo e Comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja** - artigo. UFRGS.

**Brasil: Entre a Civilização e o Sertão** - artigo. UNICAMP –SP.

OLIVEIRA, Rosemar Regina Rodrigues de. 2013. **A Marcha Para o “Oeste” no Brasil: Entre a civilização e o sertão** – Tese. Unicamp. 2013



Edição 26 – Março de 2020  
Artigo recebido até 25/01/2020  
Artigo aprovado até 27/02/2020

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru-SP. Edusc, 2004.

ORLANDI e MASSMANN. **Cultura e diversidade**. Eni P. Orlandi e Débora Massamann (orgs). Trilogia travessia e Diversidade. Vol. 1/ Campinas-SP. Ed. Pontes, 2016.

EAGLETON, Terry, 2000 – **A ideia de cultura**/ Terry Eagleton; tradução, Sofia Rodrigues; revisão técnica, Levi Condinho – Temas e Debates Editoriais, Ltd. Lisboa. 1º edição. 2003. ISBN: 9272-759-511-1.

## Anexo

### Crônica

#### Supremo Tribunal Cultural.

Por: José Roberto Guzzo.

Se alguém, seja lá pelo motivo que for, quer impedir que alguma tarefa útil seja executada na cultura brasileira, pode chamar o Ministério da Cultura; o resultado é 100% garantido. E as secretarias de Cultura, ou outros mamutes culturais do poder público – haveria algum risco de fazerem algo de bom? Fiquem todos sossegados: não há o menor perigo de que venha a acontecer, também aí qualquer coisa que preste. Os fatos, sempre eles, são a prova disso. O Museu do Ipiranga, monumento básico da cultura de São Paulo, está fechado até 2022; é uma proeza que se candidata ao livro dos recordes da cervejaria Guinness. A formidável Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vive esperando o padre para receber a extrema-unção. (Ainda recentemente passou meses a fio sem ar condicionado, com temperaturas internas que chegaram aos 50 graus. Nos últimos doze anos o governo fez três planos de carreira para seus funcionários; não cumpriu nenhum). O Museu Nacional de Belas artes, também no Rio, com 200 anos de história e sua notável fachada de estilo Renascença francesa, é humilhada por goteiras. As construções das cidades históricas de Minas Gerais e do Norte, relíquias únicas da arquitetura colonial brasileira, podem virar entulho. Cinquenta anos após a fundação, Brasília, a capital do Brasil Potência, ainda não tem um museu decente. É a vitória do Bolsa-Cupim.

Mas as figuras que mandam desde 2003 na máquina pública brasileira não se contentam com isso. Além de se negarem a fazer o trabalho pelo qual são pagas, querem, acima de tudo, decidir o que é cultura nesse país e o que não é - ou o que é cultura certa e o que é cultura errada. São contra, é claro, essa cultura “que está aí”. A única que admitem é a sua, e no Brasil de hoje isso quer dizer “cultura popular”. Basicamente, trata-se de um conjunto de atividades exercidas por pessoas que não sabem pintar, escrever, compor uma melodia, fazer um filme ou montar uma peça de teatro capazes de interessar alguém – e que são sustentadas, de um jeito ou de outro, pelo Erário, por serem contra a “arte burguesa”, a favor da “arte dos desvalidos” ou praticarem algum outro truque que esconda a sua falta de talento, de mérito e de público. “Seu grão-vizir no momento é o doutor Juca Ferreira, ministro da Cultura (pela segunda vez), ex-secretário da Cultura da prefeitura de São Paulo e marechal de campo no combate contra o modelo de cultura “excludente”; imagina que, “uma política cultural abrangente é um essencial instrumento da construção de uma nova cultura política”. O ministro Juca e todos aqueles que ganham a vida como ele formam hoje o Supremo Tribunal da Cultura brasileira. Não cabe nenhum recurso contra as suas decisões.

O último feito de armas dos árbitros que ora determinam se podemos ou não gostar disso ou daquilo deu-se na cidade de São Paulo, governada pelo PT do prefeito Fernando Haddad. Para executar sua “política de cidadania cultura”, a prefeitura resolveu convocar grafiteiros amigos para pichar os “Arcos do Jânio”, um modesto conjunto de arcadas que alivia um pouco a paisagem de deserto do centro de São Paulo”. Esses arcos nunca fizeram mal a ninguém. Não são o Coliseu de Roma ou a Catedral de Notre-

Web revista Página de debates

Questões de  
LINGUAGEM

Edição 26 – Março de 2020  
Artigo recebido até 25/01/2020  
Artigo aprovado até 27/02/2020

Dame de Paris, mas é o que temos – e, já que temos tão pouco, supõe-se que esse pouco deveria ser deixado em paz. Nada disso: a prefeitura de São Paulo tem uma política de cultura a executar. No caso, sem consultar ninguém, sepultou as arcadas sob um amontoado de rabiscos, borrões e desenhos deformados. Oficialmente, isso é “arte da periferia”. Na prática, trata-se apenas de degradar a superfície de um muro. Esse tipo de coisa, como se sabe, sempre pode ficar pior, e ficou. Não demorou muito e apareceu, no meio da pichação, um rosto que é a própria fotografia do coronel Hugo Chávez, o líder de massas da Venezuela que a esquerda mais rústica tenta transformar um novo “Che” Guevara, ou algo assim. Chávez? Nem pensar, diz a autoridade municipal. O autor queria apenas pintar um “rosto negro”, só isso. Foi pintando, pintando – e no fim, quem diria, saiu uma figura que é a cara do Chávez. Que coisa, não? Essa vida é mesmo uma caixinha de surpresas.

O prefeito se encanta com o homem que presenteou a Venezuela com a falta de papel higiênico? Problema dele. Mas Haddad foi eleito para governar a cidade por quatro anos; não tem o direito de privatizar a paisagem urbana para exibir suas crenças políticas, nem de mudar o “gosto conservador do Paulistano”. Isso não é promover cultura. É fazer propaganda, apenas.